

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Ciências Sociais

Relatório Parcial

**Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas
institucionalizações e resistências na sociedade de controle**

Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente

Pesquisador: Ricardo Mota Santos

Orientadora: Profa. Dra. Salete Magda de Oliveira

SÃO PAULO
FEVEREIRO DE 2013

Sumário

Resumo	3
Relatório de Atividades	4
PLANO DE TRABALHO	6
CRONOGRAMA	6
Relatório Científico.....	7
1- Procedência Ministerial	7
1.1 COMO ‘ASIN’?.....	12
2- Blocos.....	15
2.1 MERCOSUL.....	16
2.2 OTCA.....	22
2.3 CPLP	26
2.4 ASPA.....	30
3- Rio+20: apostas.....	32
4- Cooperação Bilateral.....	35
4.1 BRASIL- ESTADOS UNIDOS.....	35
4.2 BRASIL - NORUEGA	39
4.3 BRASIL - ALEMANHA	42
4.4 BRASIL –UNIÃO EUROPÉIA.....	47
4- Bibliografia	50

Resumo

A pesquisa intitulada *Assuntos Internacionais do Ministério do Meio Ambiente*, realiza uma descrição das conexões internacionais do Brasil justapostas à participação brasileira nas decisões internacionais, com o propósito de situar os apoios recebidos pelo governo para efetivar o *Plano Nacional de Meio Ambiente*, o *Plano de Recursos Hídricos* e outros projetos no âmbito do Ministério (MMA). Desde 2007, foi criada uma Assessoria para articular os assuntos internacionais da pasta e acompanhar a implantação dos acordos e convenções internacionais ratificados pelo Brasil. Além dos quinze temas multilaterais selecionados a serem descritos, pela ASIN (Assessoria de Assuntos Internacionais) também se encontram as cooperações bilaterais e os blocos que além de suas preocupações primeiras se debruçaram sobre a problemática da preservação do meio ambiente.

Palavras chave: Ministério do Meio Ambiente, Assessoria, Assuntos Internacionais.

Relatório de Atividades

Neste primeiro momento a pesquisa foi realizada em seu todo a partir de fontes eletrônicas, primariamente no site do *Ministério do Meio Ambiente*, onde foram encontrados os links da ASIN (Assessoria de Assuntos Internacionais), que delimitaram os principais elementos a serem pesquisados, e indicaram outras diversas fontes que tratavam com maior especificidade de cada tema e o inforMMA, que articula as principais notícias sobre conferências, encontros, atividades dos assuntos internacionais e nacionais sobre o meio ambiente. Além de uma nova ferramenta de busca no site do Ministério, denominada de *Clipping Ambiental*, que possibilita encontrar em múltiplos veículos, como jornais, revistas e sites o mesmo objeto vinculado ao meio ambiente pesquisado a partir de palavras-chave. A partir destas fontes eletrônicas foram coletados notícias e documentos acerca da temática desse relatório parcial, mas também foi pesquisado arquivos eletrônicos como a *Biblioteca Digital do Senado Federal*, que tem um vasto acervo de jornais da década de 80, que foi utilizado na pesquisa e o site do Ministério de Relações Exteriores, onde foram encontrados os memorandos de entendimentos entre o Brasil e suas cooperações bilaterais.

Durante o semestre que iniciou a pesquisa, aconteceram diversas reuniões com o orientador e com o grupo de pessoas que realizam suas pesquisas vinculadas ao projeto temático *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, a qual essa pesquisa também faz parte, o que foi de suma importância, pois muitos dos problemas enfrentados pelos jovens pesquisadores também eram os meus, e algumas experiências já vividas por alguns deles serviram para elucidar problemas que talvez eu viesse a enfrentar mais adiante, e a esclarecer dúvidas de forma mais incisiva ao que a pesquisa pretende responder.

Acompanhei via internet a *Conferência Rio+20*, por ser um dos maiores eventos promovidos pelas Nações Unidas desde a Rio-92.

No dia 19 de setembro de 2012 aconteceu um seminário interno. Atividade prevista no cronograma sobre *A Resiliência*, pesquisa elaborada e apresentada pela Profa. Dra. Salete Oliveira, pesquisadora principal de cartografias e coordenadora do *fluxo de direitos* no projeto temático *Ecopolítica*.

Já nos dias 8 a 11 de outubro de 2012, também ocorreu o *Colóquio Internacional Transformações da Biopolítica* organizado pelo Prof. Dr. Edson Passetti e realizado pelo projeto temático FAPESP: *Ecopolítica: governamentalidade planetária, novas institucionalizações e resistências na sociedade de controle*, que contou com várias participações como a de Christian Ferrer, Maria Ferraz, Carmen Junqueira, André Duarte, Laymert Garcia dos Santos, Guilherme Castelo Branco, Marcos Cesar Alvarez, Alfredo Veiga-Neto, Peter Pál Pelbart, José Maria Carvalho Ferreira como também participações dos pesquisadores experimentados do projeto, Acácio Augusto, Beatriz Carneiro, Thiago Rodrigues, Salete Oliveira e Edson Passetti.

O Colóquio foi iniciado com a aula-teatro *Saúde!*, uma das atividades que o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP) realiza desde 2007 – uma forma de apresentar resultados de pesquisas, de um modo diferente, exposto no teatro da Universidade, o Tucarena. No auditório Paulo Freire foram apresentados dois documentários, que apresentavam uma junção de pesquisas dentro da temática *segurança e ecologia* respectivamente, intercaladas com cenas cinematográficas e por fim as pesquisas sobre as transformações da *biopolítica* foram exibidas em dois dias, que foram divididos em duas etapas o primeiro com os temas: *Populações e Ambientes*, e *Biopolítica e Segurança*, e o segundo com *Resiliências e Resistências*, e *Regulações e Ecopolítica*.

Foi neste mesmo Colóquio que a Dra. Beatriz Scigliano Carneiro, apresentou o seu texto sobre “A construção do dispositivo meio ambiente”, que fora publicado na Revista Ecológica 4 aparece neste relatório para a problematização.

Foi feito um levantamento bibliográfico referente a assuntos relacionados a questões do meio ambiente sustentabilidade para dar maior embasamento na discussão do triangulo que mantem o discurso do desenvolvimento sustentável, sendo eles o econômico, o social e o ambiental.

Plano de trabalho

O trabalho continuará na realização de pesquisas em sites, para descrição dos quinze temas multilaterais os quais o Brasil está vinculado, aos planos nacionais de meio ambiente, recursos hídricos e florestas. Ademais pretendo fazer um levantamento bibliográfico em relação a autores que trabalham com as transformações de alguns conceitos foucaultianos relacionando-os ao meio ambiente, a ecologia.

Cronograma

Meses	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho
Atividades						
Coleta de notícias						
Levantamento Documentação						
Levantamento bibliográfico						
Sistematização do material coletado						
Sistematização Notícias						
Participação em Seminários Int.						
Relatório Final						

Relatório Científico

1 – Procedência Ministerial

O Brasil, em 1972, participou da Conferência das Nações Unidas para o Ambiente Humano, em Estocolmo, e foi lá que se formalizou a intenção de promover a gestão dos recursos naturais. No ano seguinte, foi criada a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente), que foi instalada no Ministério do Interior por não existir ainda o Ministério do Meio Ambiente para cumprir com o compromisso. Nos anos posteriores, a SEMA realizou o papel de iniciar discussões que levaram à criação da lei 6938/81, que regulamentava a *Política Nacional do Meio Ambiente*, com o objetivo de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, além de procurar garantir o uso racional dos recursos naturais, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico, segurança e proteção da dignidade da vida humana no país que está em vigor até hoje, ajudando a compor o dispositivo meio ambiente¹ no território brasileiro. O dispositivo meio ambiente vem de procedências heterogêneas: biosfera (natureza), recursos naturais (economia) e saúde humana, oferecendo um campo de racionalidades, verdades e estratégias que respondem a urgência, direcionando suas forças para a sustentabilidade, para se melhorar o ambiente, tanto natural quanto artificial, e, conseqüentemente, contribuir para a saúde do planeta. (Carneiro, 2012: 5). Essa definição me parece pertinente para pensar as questões que vem se formando sobre as relações internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

O Ministério do Meio Ambiente foi criado no governo de José Sarney, então presidente da República em março de 1985, denominado naquele momento de *Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente* (MDU), através do

¹Carneiro, Beatriz. “A construção do dispositivo meio ambiente” Revista Ecopolítica n°. 4 PUC-SP, São Paulo, 2012: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560> acessado em 09/01/2012.> acesso: 05/12/2012.

Decreto nº. 91.145. Como próprio Sarney profere em discurso, a criação do Ministério decorreu da participação da comunidade e do diálogo entre governo e sociedade, a fim de garantirem “a utilização racional dos recursos naturais, a melhoria urbana e saneamento básico, a redução de doenças transmissíveis e o aumento da esperança de vida da população”², além de convocar “todos os brasileiros não só na qualidade de fiscais da aplicação de uma política de governo, mas de titulares ativos da sua cidadania, a participarem em tempo integral da defesa do meio ambiente, seja na formulação de soluções, seja na aplicação de medidas concretas”³. Neste discurso proferido pelo Sarney, em 1986 ficam claros os elementos biopolíticos – conceito histórico-político elucidado por Foucault, sobre técnicas das relações de poder que se dirigem ao corpo-espécie afetado por processos vitais e que implicavam intervenções sobre o meio, pois este era considerado ativo e atuante sobre a população.

“O homem ocidental aprende pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder.”

(Foucault, 1988:134.)

A biopolítica como regulação da população é uma política de Estado, que se move junto dos poderes disciplinares, acoplando o conjunto e o individual para manter uma ordem entre os corpos vivos e mensurá-los, classificá-los, distribuí-los e confiná-los.

²Sarney, José. “Defesa do meio ambiente e cidadania”. O Estado de São Paulo, 1986: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/240048/1/PS%20Sarney%20Discurso%201986%20-%200026.pdf>>. acesso: 12/08/2012.

³ Idem.

Para, além disso, nota-se no discurso de José Sarney certa proposta de elasticidade do poder pastoral apontado por Foucault; Sarney convoca todos os brasileiros como fiscais de aplicação de política de governo para a defesa do meio ambiente. Já não basta olhar e pastorear a si mesmo e os outros, se faz necessário fiscalizar e vigiar como um cão pastor também o meio ambiente e talvez o planeta.

Retomando o Ministério, em 1990 no governo de Fernando Collor de Mello, o Ministério foi transformado em *Secretaria do Meio Ambiente* (SEMAM/PR), diretamente vinculada à Presidência da República. Foi durante o governo de Collor, que o Brasil sediou a Eco-92, onde se revelou preocupação com a questão do meio ambiente e o desenvolvimento sustentável, no qual “todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, [iriam] cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo”⁴. Em 1992 a Lei nº 8.490, de 19 de novembro, Art. 21, transformou a SEMAM/PR, em Ministério do Meio Ambiente – MMA. Em 93 no governo de Itamar Franco torna-se *Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal* para posteriormente, com o governo de Fernando Henrique Cardoso, voltar a ser chamado de *Ministério do Meio Ambiente* denominado assim até os dias de hoje.

Nos tempos atuais, o Ministério do Meio Ambiente tem “como missão promover a adoção de princípios e estratégias para o conhecimento, a proteção e a recuperação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais, a valorização dos serviços ambientais e a inserção do desenvolvimento sustentável na formulação e na implementação de políticas públicas, de forma transversal e compartilhada, participativa

⁴Declaração do Rio sobre Meio Ambiente Desenvolvimento, Fonte: Ministério do Meio Ambiente, junho 1992. <http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_rio_1992.pdf> acesso em: 12/08/2012

e democrática, em todos os níveis e instâncias de governo e sociedade”⁵. Aqui o discurso já é apresentado de modo diferente do mencionado por Sarney no século XX, notamos um discurso que atravessa o territorial, mostra a relação território-população de outra forma, o meio outrora ativo frente à população passiva é substituído pela participação e interação dos indivíduos com o seu meio nas diversas instâncias que ele se revela. Parece-me que existe o funcionamento do dispositivo meio ambiente, pois fica clara a capacidade do dispositivo de moldar as condutas e produzir novas *verdades* para que as pessoas respondam ao desenvolvimento sustentável de forma democrática e estabeleçam cada vez mais relações políticas transnacionais. Para isso é necessário que algumas instituições modifiquem o seu quadro, sua competência e criem novos departamentos para responder a essa nova demanda, como é o caso do Ministério do Meio Ambiente.

Os limites das competências do Ministério do Meio ambiente estão assegurados pela lei nº 10.683, que delimita os assuntos de sua alçada. Sendo eles:

I - política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos;

II - política de preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, e biodiversidade e florestas;

III - proposição de estratégias, mecanismos e instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais;

IV - políticas para a integração do meio ambiente e produção;

V - políticas e programas ambientais para a Amazônia Legal; e

VI - zoneamento ecológico-econômico.

⁵ Trecho retirado no site da apresentação do Ministério do Meio Ambiente <<http://www.mma.gov.br/o-ministerio/apresentacao>> acesso em 12/08/2012

Ademais em 2007, a estrutura regimental regulamentada pelo Decreto nº 6.101 assumiu nova estrutura e foi no interior dela, que se instalou a Assessoria de Assuntos Internacionais (ASIN).⁶

⁶ Idem.

1.1 Como 'ASIN'?

Após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra realizada no Rio de Janeiro houve grandes mudanças e as negociações internacionais na área de meio ambiente passaram a ser tratadas menos como questões exclusivamente ambientais para serem abordadas, como questões de desenvolvimento. Por esses motivos tornaram-se mais complexas, exigindo um número maior de atores, que agiam anteriormente apenas de formas pontuais. Com isso se fez necessário um órgão que abarcasse e respondesse as novas demandas. Deste modo foi criado a ASIN (Assessoria de Assuntos Internacionais), cujas competências estão estabelecidas pelo Decreto nº 6.101, em 26 de abril de 2007, elencados pelo art. 12. São eles:

- * assessorar o Ministro de Estado, as secretarias do Ministério e as entidades vinculadas nos assuntos relacionados com cooperação internacional nas áreas de competência do Ministério;
- * coordenar, orientar e subsidiar a participação do Ministério em foros internacionais que tratam de questões relativas ao meio ambiente e aos recursos hídricos;
- * atuar como interlocutor do Ministério e das suas entidades vinculadas junto ao Ministério das Relações Exteriores;
- * articular e negociar com os organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros o apoio a programas e projetos relacionados à Política Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos;
- * supervisionar e acompanhar a implementação dos acordos e convenções internacionais ratificados pelo Brasil na área de competência do Ministério e executar outras atividades que lhe forem atribuídas na área de sua atuação.⁷

⁷ Ibidem.

Nessa conjuntura, a atuação do Ministério do Meio Ambiente na área internacional veio se caracterizando pelas negociações do país em diversas conferências, foros multilaterais e bilaterais com as diretrizes da política nacional ambiental. Do mesmo modo, mostrou-se o fortalecimento do processo de implementação em nível nacional e do grande número de acordos e tratados internacionais ratificados pelo país na área ambiental como apontam o artigo 12.

A Assessoria funciona basicamente em cima de dois eixos, o de negociações internacionais, que é caracterizado pela participação em foros internacionais com maior atuação do Ministério nos processos de acordos multilaterais, os quais o Brasil está vinculado e maior interação com o Ministério das Relações Exteriores. O segundo eixo é a área de cooperação internacional, que dá suporte à coordenação e formulação a iniciativas de cooperação que refletem as políticas do MMA, deste modo a ação da ASIN, tanto na cooperação bilateral, quanto na cooperação financeira e técnica com organismos internacionais, “visa mapear, planejar e implementar estratégias de cooperação internacional fundamentadas nas políticas públicas ambientais estabelecidas pelo Governo Brasileiro e conduzidas pelo MMA.”⁸ Portanto cabe a Assessoria de Assuntos Internacionais (ASIN), catalisar e articular as ações, especialmente no que diz respeito à promoção das sinergias entre os acordos multilaterais, bilaterais e suas cooperações, tanto técnicas quanto financeiras e identificar as prioridades de ação e estratégias de captação de recursos para as implementações dos compromissos, além de identificar o potencial de parceria do Brasil com países de menor grau de desenvolvimento para a atingir os compromissos na área do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Sendo assim, esta sobre a responsabilidade da Assessoria,

⁸ Ibidem, Assessoria.

os temas multilaterais, as cooperações bilaterais e os blocos – MERCOSUL, OTCA, CPLP e ASPA.

2- Blocos

Para pensar: Bloco, substantivo masculino. Massa considerável e pesada: um bloco de mármore. / Conjunto de folhas de papel coladas em uma das bordas e facilmente destacáveis: bloco de papel de cartas. / Conjunto cujos componentes dependem uns dos outros: doutrinas que formam um bloco inteiriço. / Bras. Grupo de carnavalescos. / Arquitetura. Bras. Num edifício de grandes proporções, o conjunto de apartamentos com entrada ou elevadores exclusivos. / Agrupamentos de Estados, partidos políticos, unidos por interesses ou ideais comuns: bloco das esquerdas; bloco ocidental; bloco soviético.

2.1 – MERCOSUL

Em plena Segunda Guerra Mundial, em 1941, Brasil e Argentina, pela primeira vez tentaram criar uma união aduaneira, contudo suas diferenças diplomáticas em relação às políticas das Potências do Eixo impediram que essa união se concretizasse.

Em 1985, José Sarney, presidente do Brasil fez uma visita a Alfonsín, então presidente da Argentina para assinarem a Declaração de Iguazu, que foi a base para a integração econômica do chamado Cone Sul. Segundo Jornal da época “os acordos a serem firmados em Buenos Aires [estabeleceriam] vendas brasileiras de café, equipamentos eletrônicos e outros manufaturados de alta sofisticação tecnológica e maiores compras de trigo, gás e petróleo argentinos.”⁹ No governo de Fernando Collor, assinam a “Ata de Buenos Aires”¹⁰ e em 26 de março de 1991, foi criado o Tratado de Assunção. Esse tratado foi assinado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que fixava metas como prazos e instrumentos para a construção do Mercado Comum do Sul, como o Programa de Liberalização Comercial, que consistia em reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, acompanhadas da eliminação de restrições não tarifárias ou medidas de efeito equivalente, assim como de outras restrições ao comércio entre os ‘Estados Partes’, para que se chegasse a uma tarifa zero em 1994.

O Mercosul, como é conhecido o Mercado Comum do Sul e em castelhano: Mercado Común del Sur, Mercosur é a união aduaneira de cinco países da América do Sul. Em sua formação original, o bloco era composto por Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2012, após reunião entre o Mercosul e a Unasul - a União das Nações Sul-americanas, o Paraguai foi suspenso do bloco, como uma folha de papel facilmente

⁹ Sodré, Abreu. Sarney firmará acordos de cooperação com Alfonsín na visita à Argentina. O Globo, 07/1986 <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/242027/1/PS%20jul_out%201986%20-%200108.pdf>> acesso: 01/09/2012.

¹⁰ Em 1990 foi assinada a ata que decidiu estabelecer um Mercado Comum entre os dois países (Argentina- Brasil).

destacável, pois os integrantes do mercado comum sul-americano consideraram a destituição de Fernando Lugo uma ruptura da ordem democrática, o que não corresponde a ordem planetária da universalização da democracia em seguida, o Mercosul oficializou adesão da Venezuela ao bloco.

A preocupação com o meio ambiente aparece no bloco, já no seu primeiro tratado, o Tratado de Assunção, que discute a ampliação das dimensões dos mercados nacionais através da integração e justiça social, mas:

“Entendendo que esse objetivo deve ser alcançado mediante o aproveitamento mais eficaz dos recursos disponíveis a preservação do meio ambiente, melhoramento das interconexões físicas a coordenação de políticas macroeconômica da complementação dos diferentes setores da economia, com base nos princípios de gradualidade, flexibilidade e equilíbrio.”.¹¹

Contudo apenas em fevereiro de 1992, representantes dos quatro ‘Estados Partes’ reuniram-se em Canela (RS) para chegar a uma posição comum sobre as questões ambientais frente a Rio-92, que fora realizada em junho do mesmo ano no Brasil.

Ainda em 1992, o Grupo Mercado Comum (GMC), órgão executivo do Mercosul, criou a Reunião Especializada do Meio Ambiente (REMA), cujos objetivos eram avaliar a legislação que vigorava nos Estados Partes e sugerir medidas de proteção ambiental.

Hoje as questões ambientais dependem de dois foros de discussão: um político – a Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul (RMMAM) e um técnico – o

¹¹ MERCOSUL, Tratado de Assunção, 1991.

Subgrupo de Trabalho nº. 6 (SGT-6), que foi no que a REMA se transformou por conta da recomendação da Declaração de Taranco.

O objetivo principal do SGT-6 é formular e propor estratégias e diretrizes que garantam a proteção e a integridade do meio ambiente dos Estados Partes em um contexto de livre comércio e consolidação da união aduaneira, assegurando, paralelamente, condições equânimes de competitividade. O Ministério do Meio Ambiente participa como coordenador nacional deste Subgrupo.¹²

Já a Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul (RMMAM) é a instância responsável pelas questões de políticas ambientais. Atualmente, a RMMAM e o SGT-6 trabalham no fortalecimento da ótica ambiental nas demais instâncias do MERCOSUL, dando seguimento a diversos projetos e identificando temas técnicos e políticos prioritários, de forma a tornar a agenda mais efetiva.

A RMMAM foi criada pela Decisão Nº. 19/03, do Conselho do Mercado Comum, em 2003. O regulamento interno da RMMAM foi aprovado no dia 2 de agosto de 2010 e cabe a RMMAM a competência de:

- A - Avançar na elaboração de mecanismos comuns tendentes a aprofundar as diversas modalidades de cooperação regional. Quando couber, atuará em coordenação com o Comitê de Cooperação Técnica do Mercosul (CCT).
- B - Assistir aos órgãos decisórios que conformam a estrutura institucional do Mercosul;
- C - Pronunciar-se sobre as propostas que lhe forem elevadas pela Comissão de Coordenadores, prevista no capítulo III do presente.
- D - Criar a estrutura de ordem interna que se fizer pertinente, assim como modificar ou suprimi-la.
- E - Formular e elevar a consideração do CMC políticas e Propostas ou Recomendações.

¹² Ministério do Meio Ambiente, Mercosul. <<http://www.mma.gov.br/assuntos/internacionais/blocos/item/850>> acesso: 02/09/2012.

F Celebrar acordos interinstitucionais, os quais serão elevados ao Conselho Mercado Comum, conforme o procedimento previsto no Regulamento Interno do CMC.¹³

Segundo o próprio Ministério do Meio Ambiente um das ações mais relevantes alcançadas pelos foros ambientais do MERCOSUL, encontra-se na aprovação do *Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente*, aprovado na Decisão CMC nº02/01, em 22 de junho de 2001, em Assunção. O Mercosul visava à necessidade de contar com um marco jurídico para regulamentar as ações de proteção do meio ambiente e conservação dos recursos naturais, já que a temática ambiental da agenda estava relacionada a preocupação em possibilitar o desenvolvimento sustentável mediante a cooperação entre os Estados Partes, assim o *Acordo-Quadro sobre Meio Ambiente* nasce.

No Acordo, os países signatários reafirmam os compromissos com os princípios estabelecidos pela declaração da Rio-92, além de instrumentalizar a aplicação dos princípios da declaração, que não tinham sido objeto de Tratados Internacionais, e atingir o objetivo do desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente mediante a articulação entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais, contribuindo para uma melhor qualidade do meio ambiente e de vida das populações, pois como aponta o Acordo-Quadro, a compreensão de qualidade do meio ambiente está relacionada à proteção, conservação e o uso racional dos recursos naturais disponíveis junto as políticas comerciais para a promoção do desenvolvimento sustentável, agora sobre a qualidade de vida das população está associada a ideia de “promoção das condições de trabalho ambientalmente saudáveis e seguras para, no marco de um

¹³ MERCOSUL, Regulamento Interno da Reunião de Ministros do Meio Ambiente, 2010.

desenvolvimento sustentável, possibilitar a melhoria da qualidade de vida, o bem-estar social e a geração de emprego”.¹⁴

Após este acordo, aconteceu no Brasil a *XV Reunião Ordinária do SGT-6*, onde estiveram presentes as delegações da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; do Chile participou na qualidade de observador, além dos representantes dos setores privados. Na reunião os temas da agenda foram repassados e as delegações apresentaram considerações quanto ao Protocolo Adicional Ao Acordo Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul em Matéria de Cooperação e Assistência Frente a Emergências Ambientais foi assinado após a XXVI CMC – Puerto Iguazú em 07 de julho de 2004.

“Considerando a importância de promover a cooperação mútua frente a emergências ambientais no território de um Estado Parte, que por suas características possam provocar danos ao meio ambiente e às populações;

Reconhecendo a necessidade de proteger de maneira especial os setores pobres, que são os mais afetados pela degradação ambiental e os mais prejudicados em casos de emergências ambientais;

Considerando a necessidade de contar com um instrumento jurídico de cooperação para prevenir, mitigar, responder imediatamente e recuperar em casos de emergências ambientais;

Convencidos de que a cooperação e assistência mútua, o intercâmbio de informações e a definição de riscos comuns entre os Estados Partes são de vital importância para a segurança regional e que as ações operativas neste âmbito devem realizar-se de forma coordenada e conjunta na ocorrência de emergências ambientais;

Na Certeza de que a solidariedade e a boa vizinhança são manifestadas especialmente frente a emergências ambientais e que para isso é preciso estabelecer

¹⁴ MERCOSUL, Acordo-Quadro Sobre Meio Ambiente do Mercosul, 2001.

procedimentos que permitam atuar com maior eficácia, rapidez e previsibilidade.”¹⁵ Esse acordo foi aprovado pelo Senado brasileiro no dia 9 de junho de 2011, no Projeto de Decreto Legislativo 629, de 2010.

Já em 2012, aconteceu a *16ª Reunião de Ministros do Meio Ambiente do Mercosul e Estados Associados*. A discussão ficou pautada nos desdobramentos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e a proteção da biodiversidade, a mudança nos padrões de produção e consumo e o tratamento de resíduos sólidos. As palavras da ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, foram em torno de definir a identidade do Mercosul frente às discussões ambientais e afirmou. “Temos que encontrar as soluções necessárias para a questão. Assim, o Mercosul também vai se tornar um bloco que cresce, inclui e protege”.¹⁶

¹⁵ MERCOSUL, Protocolo Adicional do Acordo-Quadro, 2004.

¹⁶ InforMMA, Identidade do Mercosul ,30/11/2012 <<<http://www.mma.gov.br/informma/item/8886-identidade-do-mercosul>>>acesso: 01/12/2012.

2.2 – OTCA

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) nasceu do Tratado que leva o mesmo nome, este foi assinado, pela Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, em Brasília, julho de 1978. Este tratado é o instrumento jurídico que reconhece a natureza transfronteiriça da Amazônia e traz consigo a importância de promover o desenvolvimento que permita uma distribuição dos benefícios desse desenvolvimento entre as Partes para elevar o nível de vida de seus povos a fim de lograr a plena incorporação de seus territórios amazônicos às respectivas economias nacionais, pois é necessário manter o equilíbrio entre o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. E conscientes de que tanto o desenvolvimento sócio-econômico como a preservação do meio ambiente são responsabilidades inerentes à soberania de cada Estado e que a cooperação entre as Partes servirá para facilitar o cumprimento destas responsabilidades, continuando e ampliando os esforços conjuntos que vêm realizando em matéria de conservação ecológica da Amazônia, além de firmar que a cooperação entre as nações latino-americanas em matérias específicas que lhe são comuns contribui para avançar no caminho da integração e solidariedade de toda a América Latina.¹⁷

Contudo no período na década de 1980, o tratado permaneceu quase inerte, foi necessário apresentar-se como um bloco carnavalesco para alçarem visibilidade e em 1989 realizou-se a primeira reunião de presidentes dos países membros e outra somente em 1992. Após a Eco-92, a Amazônia voltou ao centro do debate do desenvolvimento sustentável. O governo brasileiro criou o Ministério Extraordinário para a Amazônia, a diplomacia brasileira, propôs em 1993 transformar o tratado em uma organização internacional, com a criação de uma sede permanente, orçamento próprio e

¹⁷O Tratado de Cooperação Amazônica, 1978. << <http://www.otca.info/portal/tratado-coop-amazonica.php?p=otca>>> acesso: 09/09/2012.

personalidade jurídica internacional, mas esta proposta não é executada, apenas em 1995 a V RMRE, no Peru, decide-se pela criação da secretaria permanente, de mesmo modo que fica evidenciada a preocupação em manter a vitalidade do discurso sobre desenvolvimento sustentável, além de aprovar os seguintes itens:

A negociação de uma convenção para prevenir e controlar a poluição dos recursos hídricos da Amazônia;

Estabelece um instituto de pesquisa e proteção dos recursos genéticos;

Estabelece mecanismo financeiro do Tratado de Cooperação Amazônica;

Aprova alterações e emendas ao Regulamento da Secretaria Pro Tempore;

Cria a Comissão de Educação Especial da Amazônia (CEED);

Aprova o relatório anual e o plano de trabalho;

Promove a adoção de um documento regional sobre os critérios e indicadores de sustentabilidade da floresta amazônica;

Prevê a criação de um programa de conscientização ambiental para a escola;

Encarrega à CETICAM um estudo sobre a navegabilidade dos rios da Amazônia;¹⁸

Apenas em 1998 a decisão foi implementada no Protocolo de Emenda das oito Repúblicas do tratado, que acordam em:

I) Criar a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de personalidade jurídica, sendo competente para celebrar acordos com as Partes Contratantes, com Estados não-Membros e com outras organizações internacionais.

II) Modificar, da seguinte forma, o Artigo XXII do texto do Tratado:

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica terá uma Secretaria Permanente com sede em Brasília, encarregada de implementar os objetivos previstos

¹⁸ OCTA, Resoluções Aprovadas, 1995. <<http://www.otca.info/portal/ministros-resolucoes-aprovadas.php?id=9>> acesso: 16/09/2012

no Tratado em conformidade com as resoluções emanadas das Reuniões de Ministros das Relações Exteriores e do Conselho de Cooperação Amazônica.

Deste modo fica instituído oficialmente que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) é o mecanismo responsável pelo processo de cooperação desenvolvido no domínio do Tratado, que finaliza em 2 de agosto de 2002, com a última ratificação por parte do Governo Colombiano. Nesse momento adquiriu vida jurídica a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

Na última Reunião de Presidentes que aconteceu em Manaus, no Brasil, dia 26 de novembro de 2009, consta na ata da declaração que os chefes de Estados reconhecem ser o desenvolvimento sustentável da Amazônia uma prioridade, e através dele superar os desafios ambientais e os efeitos da crise financeira internacional, fica decidido dar à OTCA um papel moderno, enquanto fórum de cooperação para enfrentar os novos desafios internacionais, preparar uma nova agenda estratégica guiada pelos princípios de redução das assimetrias regionais e de adoção econômicas para o aproveitamento sustentável e racional dos recursos amazônicos, no intuito de melhorar a qualidade de vida da população local e promover o desenvolvimento global e o crescimento econômico.

Hoje OTCA conta com diversas parcerias e contatos internacionais, como (ABC) Agência Brasileira de Cooperação, (BMZ) Ministério Federal de Cooperação Econômica e Desenvolvimento, da Alemanha, (BID) Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial, (CAF) Corporação Andina de Fomento, (DGIS) Direção Geral da Cooperação para o Desenvolvimento, da Holanda, (FAO) Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (GEF) Fundo Mundial para o Meio Ambiente, (GIZ) Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH, (OEA) Organização dos Estados Americanos, (OIMT) Organização

Internacional de Madeiras Tropicais, (PNUD) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUMA) Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, (KFW) Banco Alemão de Desenvolvimento, (UICN) União Internacional para a Conservação da Natureza, (EU) União Europeia e (WWF) Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza.

Agora em 2012, os Ministros do Meio Ambiente dos Países Amazônicos da OTCA participam da segunda reunião em Lima, a abertura foi realizada pelo ministro de Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo e pelo Secretário-geral da OTCA, Embaixador Alejandro Gordillo Fernández e participam do evento “Floresta Amazônica: Visão dos Países Membros da OTCA” que objetivou apoiar a todos os Países Membros da OTCA no desenvolvimento de um sistema nacional de monitoramento, com a finalidade de acrescentar a governança na região amazônica.

2.3 – CPLP

O processo de criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi dado em São Luís do Maranhão, em 1989, onde aconteceu o primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. A proposta era criar uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia. Na década de 1990, decidiu-se centralizar o diálogo tricontinental dos países de língua portuguesa, realizando congressos rotativos, promovendo encontros anuais, e encontros regulares de representantes na ONU ou em outras organizações internacionais. Em 1994, os ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos sete países se reuniram pela segunda vez, em Brasília e decidiram aconselhar aos seus Governos a realização de uma cúpula de Chefes de Estado e de Governo com vista à adoção do ato constitutivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, dentro da constituição um Grupo de Concertação Permanente, sediado em Lisboa e integrado por um alto representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal. Dois anos depois, em Lisboa, realizou-se a *Cúpula de Chefes de Estado e de Governo* que marcou a criação da *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*,

“Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social [...] e incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a proteção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável”¹⁹.

¹⁹ Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, 1996.

Na primeira conferência realizada pelos Ministros do Meio Ambiente, em Lisboa, Portugal em 1997, decidiu-se instituir a Conferencia Interministerial sobre Ambiente para o desenvolvimento sustentável seguindo os eixos estabelecidos pela ONU e Rio-92, fundar um Observatório Comum como espaço intercambio de experiências, monitoramento e aconselhamento para implementação das prioridades e decisões tomadas pelas reuniões por considerarem que as resoluções dos problemas ambientais era um imperativo de segurança.

Em 2000, reunidos em Moçambique, a Cúpula da CPLP aprovaram a “Declaração sobre Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização”, que reafirmava a importância dos compromissos dos Países Membros da Comunidade, seus valores democráticos para a erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável.

No ano de 2001 ocorreu a II Conferencia Interministerial sobre Ambiente, em Maputo, capital de Moçambique, que discutiu Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, gestão de recursos hídricos, gestão de resíduos (sólidos urbanos, hospitalares e industriais) e proteção do solo.

Após a independência em 20 de março de 2002, Timor-Leste conseguiu sua independência, entrou para o circuito democrático e tornou-se o oitavo país da CPLP.

Em Lisboa, em 2005, o II Encontro Lusófono de Ambiente aprofundou os debates sobre questões chaves de meio ambiente para os Países Membros, como mecanismos financeiros internacionais, água e saneamento.

Em 2006, a III Reunião de Ministros do Meio Ambiente da CPLP, aconteceu em Brasília, e foi oficialmente aberta pela então Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, cujo documento gerado a *Plataforma de Cooperação*, implicava na renovação dos compromissos já estabelecidos e objetivam:

a) Consolidar e fortalecer os esforços dos Países de Língua Portuguesa no sentido de implementar programas e projetos de interesse na área ambiental e que visem ao desenvolvimento sustentável;

b) Desenvolver iniciativas e ações em áreas prioritárias que estimulem a participação de todos setores da sociedade na implementação de atividades produtivas sustentáveis, no desenvolvimento de padrões de vida sustentáveis e a utilização sustentável de bens e serviços ambientais essenciais à vida;

c) Promover a implementação de modelos de desenvolvimento sustentável, apoiados em políticas públicas de incentivo à ciência e à tecnologia, à conservação do meio ambiente, à capacitação de recursos humanos e ao desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade adequados às condições sociais, econômicas, ambientais e políticas de cada país;

d) Contribuir, como marco referencial político, para a identificação e priorização de mecanismos financeiros, técnicos e institucionais para a efetiva implementação desta Plataforma, facilitando a transferência, o acesso e o desenvolvimento de tecnologias, e conhecimentos, e promovendo a adoção de marcos regulatórios adequados;

e) Identificar propostas de cooperação e linhas de convergência para maximizar esforços com outras regiões, tais como a Iniciativa Ambiental da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD) e a Iniciativa Latino-americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável (ILAC), a fim de trocar experiências e promover novas oportunidades de cooperação;

f) Estimular ações que incentivem o acesso e a difusão da informação e a comunicação de iniciativas ambientais, bem como o fortalecimento da educação e a conscientização das populações sobre as questões relativas ao meio ambiente;

g) Envolver o setor privado, sociedade civil e setor acadêmico na pesquisa, investigação e desenvolvimento de atividades ambientalmente sustentáveis e que busquem a proteção da natureza,

h) Fortalecer as relações de cooperação com Organizações Internacionais e Agências Especializadas das Nações Unidas.

Além do mais o documento apontava as áreas prioritárias para a cooperação e o Brasil ficou encarregado de conduzir das seguintes áreas: Ecoturismo, Educação Ambiental, Gestão de Resíduos e Gestão Integrada de Recursos Hídricos, que receberiam apoios técnicos de cada Estado Membro.

Em 2008, realizou-se, em Luanda, Angola, a IV Reunião de Ministros de Meio Ambiente da CPLP. A reunião avaliou a implementação das ações no campo das áreas temáticas prioritárias da Plataforma de Cooperação de Brasília. E destacou a necessidade de avançar na continuidade aos temas comuns já acordados, na identificação de mecanismos para avançar na cooperação, no combate ao déficit de implementação da Plataforma e na busca de parceiros para a implementação de projetos e atividades acordados no âmbito da Plataforma particularmente aqueles em formato triangular e multilateral.

Na V Reunião de Ministros na Ilha do Sal, Cabo Verde a Comunidade produz a Declaração a Conferência das Nações Unidas para o desenvolvimento Sustentável – Rio+20 e em 2011 aconteceu à primeira reunião de alto nível sobre resíduos, que realça o papel da CLPL na promoção de ações cooperativas na gestão de resíduos na área de produção legislativa, Educação e Sensibilidade, Gestão de Fluxos de Resíduos de embalagens e promover uma rede de resíduos da CLPL.

2.4 – ASPA

A *Cúpula América do Sul-Países Árabes* (ASPA) surgiu de uma proposta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003, mas foi formalmente criado em 2005, em Brasília durante o primeiro encontro de Chefes de Estado do referido grupo. A Cúpula é integrada por um grupo de 34 países, sendo 12 da América do Sul²⁰ e 22 árabes²¹, sua função é consolidar novos horizontes políticos e econômicos para ambos os lados. A ASPA dispõe de um intercâmbio cultural e uma aproximação econômica, além disso, também devem discorrer de questões de interesse mundial como o combate a pobreza e as questões ambientais.

Desde sua criação a primeira reunião dos Ministros de Meio Ambiente ocorreu várias reuniões e encontros de chefes de Estado e reuniões entre ministros, sendo uma dessas reuniões ministeriais sobre o Meio Ambiente e outra sobre Desertificação e Recursos Hídricos e Desertificação, gerando acordos entre as partes.

Em fevereiro de 2007, realizou-se em Nairóbi, capital do Quênia o primeiro encontro de Ministros do Meio Ambiente da ASPA, o resultado do encontro foi a definição de áreas de interesse para uma posterior cooperação regional.

Em agosto de 2007, Recife (PE) sediou um encontro entre especialistas em recursos hídricos, que serviu de preparatório para a Reunião de Ministros em Riade, na Arábia Saudita. Segundo José Roberto Lima, coordenador do *Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente*, o encontro de Recife serviu para se discutir questões que envolvam uma cooperação entre países árabes e sul-americanos na área de combate a desertificação e uma busca por opções de recursos hídricos. O resultado da discussão deve gerar uma pauta que se encaminhe a

²⁰ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai, Venezuela.

²¹ Arábia Saudita, Argélia, Bareine, Catar, Comores, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuaito, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, Omã, Palestina, Síria, Somália, Sudão.

reunião posterior em Riade, e nesta pauta consta a criação de um Comitê de Cooperação Ambiental, e o estabelecimento de ações que busquem combater a fome e queda de produção agrícola nas áreas impactadas pela desertificação.

O Brasil apresentou propostas ao bloco como, a transferência de tecnologia de adaptação a desertificação de baixo custo, como por exemplo, a tecnologia de dessalinização de água desenvolvida pela Universidade Federal de Campina Grande, e também o projeto bem sucedido da criação de cisternas e barragens subterrâneas.

3 - Rio+20: apostas

A Assembléia Geral das Nações Unidas, por meio da Resolução A/RES/64/236²², de 24 de dezembro de 2009 aprova a oferta feita pelo governo brasileiro de sediar a Conferência de alto nível das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável no Rio de Janeiro.

Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, ou como é popularmente conhecida, Rio+20, o futuro do que foi a Rio-92, esperada ansiosamente pela população, por acadêmicos, personalidades políticas e seus blocos, aconteceu em junho de 2012, no Rio de Janeiro. Mas antes mesmo dela acontecer governos e blocos já tentavam estabelecer propostas conjuntas para a Conferência. É o caso do bloco econômico, Mercosul, que no ano de 2010, em reunião dos Ministros de Meio Ambiente buscavam uma posição comum frente ao evento que enfrentariam. O mesmo foi pensando pela OTCA, que fez uso do Compromisso de Manaus e da Declaração dos Ministros de Relações Exteriores dos Países Membros da OTCA para conseguir mais visibilidade na Conferência Rio + 20. Martin von Gaia, Amazonas Foundation, membro da Coama, salientou em entrevista a importância de ter metas acordadas com os povos indígenas que vivem na região Amazônia em oito países. "Apoiamos a luta contra a fome, maior igualdade de gênero, acesso à educação e saúde, mas os objetivos devem estar a ouvir os índios", disse ele.²³

A CPLP (Comunidade de Países de Língua Portuguesa), também não ficou atrás e os ministros do Ambiente aprovaram, em Cabo Verde, uma posição comum a

²² Nações Unidas, Resolução adotada pela Assembléia Geral, 31/03/2010. <<<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/wp-content/uploads/Resolu%C3%A7%C3%A3o-64-236-da-Assembl%C3%A9ia-Geral-da-ONU-traduzida.pdf>>> acesso: 05/01/2013

²³ Martin von Hildebrand, Países amazônicos quieren metas de desarrollo, 2012. sostenible., <http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=101028>

defender na conferência da ONU. A CPLP gostaria que a Rio+20 refletisse uma visão ambiciosa para um padrão diferenciado de desenvolvimento a nível global e que “que permitam uma transição global para uma economia verde inclusiva, que promova a conservação do ambiente, contribua para a erradicação da pobreza e estimule uma economia de baixo carbono através de uso eficiente dos recursos naturais”²⁴.

Na quinta Cúpula do Brasil - União Européia, as partes fizeram projeções dos assuntos a serem discutidos na Rio+20, como a importância do emprego e da dimensão social da globalização, e destacaram as oportunidades para o crescimento que podem ser criadas pelo desenvolvimento progressivo da economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.

A Conferência aconteceu. Juntos estavam os Estados-Membros e os Major Groups, que segundo o site, desde o início da Primeira Cúpula da Terra, percebeu-se que o desenvolvimento sustentável não poderia ser alcançado apenas através da atuação de governos, mas que seria necessária a participação ativa de todos os segmentos da sociedade e tipos de pessoas. Para isso a Agenda 21 formalizou nove grupos, os quais pessoas poderiam se filiar para serem representadas.

O evento ocorreu em dez locais, tendo o Riocentro como principal local de debates e discussões; entre os outros locais, figuram o Aterro do Flamengo e o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Dentre os diversos encontros, debates e discussões sobre desmatamento, educação ambiental, poluição e desenvolvimento sustentável nasceu o documento final da Rio+20, que aponta para um futuro sustentável do planeta e das gerações futuras, mas que para isso é necessário erradicação da pobreza e ter uma

²⁴ CPLP, “defende visão ambiciosa de economia verde inclusiva, 2010.
<< <http://www.publico.pt/ciencia/noticia/rio20-cplp-defende-visao-ambiciosa-de-economia-verde-inclusiva-1544852>>> acesso:

nova governança internacional que ajude na realização da economia verde como elemento para o crescimento sustentável.

E mesmo com a participação dos Estados-Membro e dos Major Groups, ambientalistas, militantes, ONGs, não saíram satisfeitos com o documento exigindo reiteraões. Por fim, a Rio+20 cumpriu com o seu papel de consolidar e dar continuidade ao movimento sustentável dentro de uma lógica de direito, capitalista e democrática, varrendo pra longe as disparidades em nome da vontade da maioria e do comum.

4 – Cooperação Bilateral

4.1 Brasil – Estados Unidos (EUA)

Como apontou o site do Ministério do Meio Ambiente, a relação de cooperação entre Brasil e Estados Unidos em matéria ambiental tem apresentado crescimento significativo. Desde 2005, uma nova perspectiva em relação à cooperação ambiental surgiu entre Brasil e EUA, pois foi quando a Ministra do Meio Ambiente na época, Marina Silva fez uma visita ao país para estabelecer encontros com especialistas das mais diversas áreas sobre o meio ambiente. A partir disso, houve alteração na forma de relação entre os dois governos e as ações de cooperação passaram a ser tratadas de maneira mais integrada.

Dentre os diversos atos e memorandos, que os dois governos assinaram desde a educação à segurança, estão os memorandos referentes ao meio ambiente, um deles é o Memorando de entendimento de Avançar a Cooperação em Biocombustíveis.²⁵ Este memorando destaca os interesses comuns entre os dois países com relação ao desenvolvimento de recursos energéticos baratos, limpos e sustentáveis, além de garantir a importância dos biocombustíveis como força transformadora para a diversificação de recursos energéticos, para a promoção de crescimento econômico e para a melhoria do meio ambiente. O memorando estabelece que os dois governos avancem em pesquisas de desenvolvimento de tecnologia para que possam conjuntamente levar os benefícios dos biocombustíveis a outros países por meio de estudos e assistência técnica e assim estimular o setor privado a investir nesta mesma fonte de energia. Contudo, esse acordo está longe de representar uma fonte de ‘energia limpa’, pois a grande maioria sabe que o combustível produzido através de vegetais é tão poluente quanto os derivados do petróleo por liberar na atmosfera o gás carbônico

²⁵ Brasil - Estados Unidos, Memorando de Entendimento Entre O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo dos Estados Unidos da América para Avançar A Cooperação em Biocombustíveis, 2007. <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_30/>> acesso: 09/09/2012.

(CO₂), aqui me parece que a o interesse nessa nova fonte de energia está relacionada à atenuação da dependência dos Estados Unidos em relação aos países latino-americanos fornecedores de petróleo, como veio mostrando posteriormente as ameaças de Chávez de não vender mais petróleo para os Estados Unidos, além disso, é evidente que oligarquia rural brasileira, num momento de expansão de cultivo de cana-de-açúcar, de soja por meio de mão-de-obra barata é a maior beneficiado deste acordo.

Outro memorando referente ao Brasil-EUA é o “Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Cooperação em Mudança do Clima”²⁶ assinado em março de 2010. O memorando reafirma a implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e tenta fortalecer os esforços das Partes para enfrentar efetivamente as mudanças climáticas, no contexto do crescimento econômico sustentável de baixo carbono. Para isso decidem cooperar em áreas relacionadas à capacitação, pesquisa, desenvolvimento, aplicação e disseminação de tecnologias para enfrentar a mudança do clima e seus efeitos e estabelecer um Diálogo sobre Políticas de Mudança do Clima, que complementarará e fortalecerá as áreas de cooperação existentes.

As relações ambientais entre esses dois países se desenvolvem também em cima da cooperação energética. Em 2011 o então Ministro de Minas e Energia, Márcio Zimmermann, reuniu-se com o vice-ministro de Energia dos EUA, Daniel Poneman para discutirem sobre cooperação bilateral nas questões energéticas, a reunião foi pautada a propósito da bioenergia, hidroeletricidade e sustentabilidade ambiental.

O representante do governo dos EUA afirmou que o Presidente Barack Obama tem muito interesse em trabalhar junto ao Brasil em questões energéticas. Zimmermann

²⁶ Brasil – Estados Unidos, Memorando de Entendimento sobre cooperação em mudança do clima, 2010. << <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2010/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-sobre-cooperacao-em-mudanca-do-clima/>>> acesso: 9/09/2012.

e Poneman, afirmaram a importância de se levar em conta questões ambientais e sociais em meio à produção elétrica.²⁷

O que nós vimos acontecer com a *Vale do Rio Doce* foi com a sua preocupação de construir uma imagem ligada a sustentabilidade e responsabilidade social, essa transição é evidente através da colossal campanha que apresenta a nova marca da empresa a tal *Vale*, o novo nome foi concedido para agregar a sustentabilidade à empresa mineradora, contudo as empresas não precisam ser sustentáveis, elas apenas precisam *parecer ser* sustentáveis, pois com a divulgação de suas ações sustentáveis há melhoria na sua imagem aumentando suas vantagens no mercado competitivo²⁸.

Em 2012, segundo site do Itamaraty, apenas três memorando foram assinados entre os dois governos, sendo eles: a Implementação de Atividades de Cooperação Técnica em Terceiros Países para a Melhoria da Segurança Alimentar, a Parceria em Aviação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América e o memorando para apoiar a Cooperação Estadual e Local. Neste último, os participantes pretendiam disseminar a cooperação subnacional, diretamente entre entidades subnacionais e/ou por intermédio de suas associações nacionais e regionais, com o objetivo de reforçar os laços entre os dois países, em conformidade com as políticas internas e externas dos participantes e “pretendem prestar apoio, quando apropriado, aos esforços de engajamento de seus respectivos governos estaduais e locais com seus parceiros em atividades de cooperação concernentes a áreas de

²⁷ MacKenzie C.Babb, Brasil e Estados Unidos lançam nova parceria em energia, IIP Digital | U.S. Department of State, 08/2011: <<<http://iipdigital.usembassy.gov/st/portuguese/article/2011/08/20110822143913x0.5325238.html#axzz2JCQR6yru>>> acesso: 15/09/2012.

²⁸ Costa, Felipe: “As empresas e a sustentabilidade”, revista ecopolítica nº4, PUC-SP, São Paulo, 2012.

interesse mútuo, tais como educação, intercâmbio cultural e técnico, crescimento econômico, desenvolvimento sustentável, democracia e inclusão social.”²⁹.

As atividades e iniciativas previstas pelo memorando são: a) promover consultas entre as estados e regiões; b) encorajar parceiros em consultas e intercambio técnico; c) promover o intercâmbio técnico direto e a troca de boas práticas em áreas como inclusão social, policiamento, segurança pública e sustentabilidade ambiental e d) compartilharem boas práticas e conhecimento na preparação da Copa do Mundo da FIFA de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

²⁹ Brasil –Estados Unidos, Memorando de Entendimento pra apoiar cooperação estadual e local, 9/04/2012. <<<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2012/memorando-de-entendimento-entre-o-governo-da-republica-federativa-do-brasil-e-o-governo-dos-estados-unidos-da-america-para-apoiar-a-cooperacao-estadual-e-local/>>> acesso: 15/09/2012.

4.2 Brasil –Noruega

A cooperação bilateral entre Brasil e Noruega começou em 1931, sobre questões comerciais. E mesmo depois das grandes conferências a respeito das questões ambientais como a Conferência de Ambiente humano em Estocolmo, a Rio-92, a cooperação em matéria ambiental tardou a acontecer. Somente em 2006 os diálogos sobre meio ambiente começaram a se intensificar. No dia 14 de agosto do mesmo ano, a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva se reuniu com o ministro de Cooperação para o Desenvolvimento da Noruega, Erik Solheim para discutir a bilateralidade entre os dois países. Na reunião, Marina Silva destacou a importância da cooperação internacional na preservação ambiental e entregou um documento para Solheim com sugestões para a cooperação entre os dois países, a partir de então equipes técnicas dos dois países passaram a se encontrar para estudar formas práticas de viabilizar as parcerias.

No ano seguinte como era de se esperar, a Noruega doou cerca de 130 milhões de coroas norueguesas equivalente a 16,8 milhões de euros para proteção da floresta da Amazônia. Em setembro de 2008, o Primeiro-Ministro Jens Stoltenberg esteve no Brasil para formalizar a doação, no montante de 140 milhões de dólares e discutir questões com foco nas áreas de combate ao aquecimento global, proteção da biodiversidade e promoção do desenvolvimento sustentável.

No memorando reconhecem a importância da redução da emissão de gases poluentes, a importância da biodiversidade e a necessidade de se estabelecer uma cooperação bilateral entre os dois governos. Portanto, o objetivo do memorando “é fomentar a parceria entre o Brasil e a Noruega em temas de mudança do clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável. É de particular importância o estabelecimento de um diálogo político abrangente sobre tais temas, e uma estreita cooperação com vistas à redução das emissões de gases de efeito estufa advindas do

desmatamento e da degradação florestal, bem como o desenvolvimento, a aplicação e a transferência de tecnologias limpas, e o desenvolvimento sustentável” e estabelecer os pilares que a cooperação esta baseada como: diálogo político sistemático, cooperação relativa a monitoramento, comunicação, avaliação e verificação de emissões de gases de efeito estufa resultantes do desmatamento e da degradação florestal, explorar cooperação em terceiros países, estimular o desenvolvimento e a implementação de atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (Atividades de Projeto MDL) e contribuições da Noruega ao "Fundo Amazônia" por meio de possíveis doações iniciais para os anos de 2008 e 2009. O documento ainda diz que doações adicionais serão consideradas, cujo valor será relacionado ao sucesso do Brasil em reduzir emissões de gases de efeito estufa advindas do desmatamento, como especificado nos Artigos 3 a 5 do Decreto Presidencial brasileiro. O “Fundo Amazônia” tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, nos termos do Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008.³⁰

No ano de 2009, como estava previsto no acordo, o Brasil recebeu verba para o “Fundo Amazônia”, de valor de 36.448.350,22 reais, o mesmo aconteceu em 2010, com doação de 49.600.536,48 reais e em 2012, quando o Brasil recebeu no mesmo ano, duas doações, a primeira em março com 82.144.231,20 reais e a segunda em outubro com 36.109.415, 20 reais. Em novembro do mesmo ano a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira recebeu em Brasília a delegação norueguesa para discutirem projetos de cooperação bilateral. Foi discutido com o governo federal estratégias para as ações

³⁰ Fundo Amazônia, 2008.

<<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Fundo/>> acesso: 02/10/2012.

ligadas à gestão costeira e ao setor de petróleo. A ministra disse que o Brasil vive um momento de adoção de políticas de preservação ambiental e que somente aqui o proprietário rural é impedido de mexer em 80% do seu terreno. Ademais a embaixadora da Noruega no Brasil, Aud Marit Wiig disse que “esse diálogo vai permitir, que sejam identificadas novas áreas concretas de cooperação”, afirmou. “A Amazônia é responsável pela metade do Brasil e é preciso que ela seja protegida”, enfatizou a embaixadora.³¹

³¹ Tolentino, Lucas. “Brasil e Noruega discutem sustentabilidade” ambientebrasil, 11/2012. <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/11/20/89064-brasil-e-noruega-discutem-sustentabilidade.html> acesso: 02/12/2012.

4.3 Brasil-Alemanha

Como mostra o site do Ministério do Meio Ambiente, a cooperação Brasil-Alemanha tem como maior beneficiário a área ambiental, desde a criação do *Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais* (PPG7), proposto na reunião do Grupo dos sete países industrializados (G-7), em Houston, Texas (EUA), em 1990 e lançado oficialmente no Brasil, apenas na Rio-92. O Programa tinha como finalidade desenvolver estratégias para a proteção e o uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica e consequentemente melhorar a qualidade de vida das populações locais. O governo da Alemanha se destacou como o principal parceiro do programa, que hoje, encontra-se encerrado.

Nos anos de 1991 o Brasil recebeu uma cooperação financeira de DM 304.858.202,00 (trezentos e quatro milhões, oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e dois marcos alemães), com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico do governo brasileiro, as áreas beneficiadas por esse empréstimo são: a proteção da Mata Atlântica, os programas de ações básicas de saúde, saneamento, eletrificação e controle ambiental nas indústrias para as diversas áreas do território nacional.

Em 1996 foi celebrado o *Acordo Básico de Cooperação Técnica* entre os dois governos, mas entrou em vigor apenas em março 1998. Este Acordo Básico sofre ajustamentos quase sempre e com isso é possível ver as alterações do acordo no quesito meio ambiente ao longo do trabalho. No mesmo ano o governo brasileiro e o governo alemão assinam a “Declaração Conjunta sobre a Agenda Comum Brasil-Alemanha Para o Meio Ambiente”, a intenção era criar uma agenda para consultas dos assuntos críticos sobre o desenvolvimento sustentável e proteção ambiental. Os objetivos eram dar continuidade aos resultados da Rio-92, marcar perspectivas sobre questões ambientais

chave tais como mudança de clima, destruição da camada estratosférica de ozônio, conservação e uso sustentável da diversidade biológica, conservação e uso sustentável de florestas e de outros recursos naturais, desertificação, proteção dos oceanos, gerenciamento adequado dos resíduos perigosos e substâncias tóxicas e informação relativa a tecnologias ambientalmente adequadas e suas aplicações.

Em 1996 os governos assinaram Acordo Básico de Cooperação Técnica que sofreu Ajuste Complementar em novembro de 2008, no ajuste os governos darão continuidade ao suporte dos seguintes projetos:

- a) "Projetos Demonstrativos A",
- b) "Manejo dos Recursos Naturais da Várzea da Amazônia Brasileira",
- c) "Uso Eficiente dos Recursos Energéticos pelas Micro, Pequenas e Médias Empresas",
- d) "Cooperação com Órgãos Estaduais de Meio Ambiente",
- e) "Ações para Disseminação de Fontes Renováveis de Energia no Norte e Nordeste do Brasil",
- f) "Gestão Ambiental Urbana",
- g) "Apoio ao Desenvolvimento Local Sustentável no Estado da Bahia",
- h) "Fortalecimento do Programa Nacional de DST/AIDS do Brasil",
- i) "Desenvolvimento de Economias Locais e Regionais no Nordeste do Brasil",
- j) "Apoio a Modernização das Ações do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Campo da Educação e Informação Tecnológica e da Assistência Técnica e Tecnológica das Pequenas e Médias Empresas".³²

³² Brasil-Alemanha, Ajuste Complementar, por troca de Notas, ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Alemanha sobre a Continuidade de Projetos de Cooperação Técnica, 2008. <<<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2008/ajuste-complementar-por-troca-de-notas-ao-acordo-basico-de-cooperacao-tecnica-entre-o-brasil-e-a-alemanha-sobre-a-continuidade-de-projetos-de-cooperacao-tecnica/>>> acesso:

Em 2003, assinam o “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira para a Execução de Projetos na Área de Preservação das Florestas Tropicais”, neste acordo não reembolsável no montante total de 35.338.756,44 EUR (trinta e cinco milhões trezentos e trinta e oito mil setecentos e cinquenta e seis euros e quarenta e quatro centavos), sendo mais ou menos 18 milhões de euros para os "Projetos Demonstrativos Grupo A – PD/A – Subprograma Mata Atlântica" e mais ou menos 18 milhões de euros para o "Amazon Region Protected Areas Program – ARPA", a agência GTZ alemã desempenhou o papel de consultora para que fizesse valer o acordo.

No ano de 2005 houve ajuste do “Acordo de Básico de Cooperação Técnica”, no documento apontam a necessidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA) receber suporte dos dois governos, o “objetivo do projeto é uma cooperação mais estreita e mais eficiente entre os órgãos estaduais de meio ambiente no desenvolvimento de novas soluções no âmbito da política ambiental, bem como uma implementação mais eficaz de atividades em áreas prioritárias da gestão ambiental urbana e industrial, em cooperação com outros agentes públicos e privados.” O documento mostra as contribuições do governo tectônico ao projeto, sendo elas:

a) enviar:

- um técnico de longo prazo na função de coordenador do programa "Gestão ambiental urbana e industrial" e assessor em matéria de política ambiental, pelo período máximo de 16 meses;

- especialistas internacionais de curto prazo para atuarem no equacionamento de questões específicas, pelo período máximo total de 25 técnicos/mês;

b) facultar "in loco"

- um técnico local de longo prazo na função de chefe do projeto e facilitador de relações de cooperação na área do meio ambiente, pelo período máximo de 48 meses;

- técnicos locais de curto prazo, pelo período máximo total de 77 técnicos/mês;

- um funcionário local para tarefas de secretariado, pelo período máximo de 48 meses;

c) facultar a técnicos parceiros estágios de aperfeiçoamento na República Federal da Alemanha, na República Federativa do Brasil ou em outros países, pelo período máximo total de 28 técnicos/mês;

d) fornecer, até um total de 255.645,94 EUR (duzentos e cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e cinco euros e noventa e quatro centavos), máquinas, aparelhos e materiais, conforme especificado a seguir:

- equipamento de escritório e de processamento eletrônico de dados, inclusive acessórios,

- equipamento de pequeno porte para pesquisas de campo,

- peças de reposição para equipamento de laboratório;

e) custear as despesas de alojamento e viagens a serviço previstas no artigo 5º, parágrafo 1, alíneas "b" e "c" do Acordo Básico, subtraindo as contribuições de contrapartida brasileira conforme especificado no item 4 deste Ajuste Complementar.³³

Nos anos de 2005, quando o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7) estava em funcionamento, a Alemanha junto ao Brasil complementaram o Acordo Básico de 1996. O ajuste veio na área de monitoramento das florestas; outro ajuste foi feito e o alvo era “Ações para a Disseminação de Fontes

³³ Brasil - Alemanha, ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica sobre o projeto cooperação com órgãos estaduais brasileiros de meio ambiente, 2005. <<http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2005/b_83>> acesso: 02/12/2012

Renováveis de Energia em Áreas Rurais no Norte e Nordeste do Brasil.” O objetivo do projeto era testar modelos de uso sustentável de energias renováveis em áreas rurais.

No ano de 2009, assinaram um “Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Combate à Mudança do Clima entre O Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha”. Neste memorando o propósito era fortalecer o diálogo político e acentuar a cooperação econômica e tecnológica entre os dois Governos, a fim de tratar efetivamente a Mudança do Clima, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável. A intenção era estabelecer uma Agenda Comum para Cooperação e Diálogo Político e intensificar sua cooperação bilateral e internacional para tratar a Mudança do Clima.

4.4 Brasil – União Européia

A cooperação bilateral entre Brasil e União Européia tem seu início com o Acordo-Quadro de Cooperação assinado pelos dois governos em 1992 e ratificado em 1995, as duas principais prioridades do acordo, são aprimorar as relações bilaterais e promover a cooperação na proteção ambiental junto ao desenvolvimento sustentável.

“a cooperação da Comunidade Européia nesta área focal visa a contribuir para a proteção do meio ambiente – mais especificamente, das florestas brasileiras – e ao combate da pobreza em biomas frágeis. Nesse sentido, as ações nesta prioridade se concentrarão, especialmente, na redução do desmatamento na Amazônia (contribuindo, assim, à redução das emissões associadas aos gases de efeito-estufa) e na gestão sustentável dos recursos naturais (contribuindo, assim, ao combate à pobreza em regiões-alvo e à realização das MDMs do Brasil). Simultaneamente, as ações também apoiarão os esforços do Brasil para atender a seus compromissos no âmbito dos acordos ambientais multilaterais, a saber, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Marco sobre Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto.”³⁴

Após o acordo o Ministério do Meio Ambiente vem desenvolvendo diversos programas e projetos em parceria com a Comissão Européia, inclusive no ano de 2007, em Lisboa, Portugal o presidente Lula participou da formalização da cooperação bilateral, que se desenvolve no âmbito da Parceria Estratégica, ficou acordada na I Cúpula Brasil-União Européia o objetivo de identificar e propor ações conjuntas para

³⁴ Cooperação Bilateral, Delegação da União Européia, 1995.

<<http://eeas.europa.eu/delegations/brazil/eu_brazil/tech_financial_cooperation/bilateral_coop/index_pt.htm>> acesso: 011/11/2012.

enfrentar os principais desafios globais da atualidade e acordaram que a Reunião Cúpula Brasil-União Européia acontecesse anualmente.

Por isso, ainda em 2007, foi assinado um Memorando de Entendimento que definiu os principais programas de cooperação a serem desenvolvidos no período de 2007-2013, com enfoque em dois aspectos: reforçar a relação bilateral e promover a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável.

A II Cúpula aconteceu no Rio de Janeiro e foi precedido pela presidência francesa, na Cúpula ficaram estabelecidas propostas dos diálogos setoriais nas áreas de “promoção da paz e da segurança por meio do fortalecimento do sistema multilateral; promoção da parceria econômica, social e ambiental; promoção da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; promoção da cooperação regional e da cooperação triangular em benefício de países em desenvolvimento; intercâmbio nas áreas de educação e cultura; e aproximação das sociedades civis”.

A III Cúpula foi realizada em Estocolmo, onde discutiram temas relevantes da agenda internacional, como a mudança do clima, medidas para se reduzir os efeitos da crise financeira internacional, o processo de paz no Oriente Médio e a questão nuclear iraniana. Avançou-se na implementação das recomendações do Plano de Ação no que tange aos Diálogos Setoriais e ao aprofundamento da cooperação nas áreas técnicas de interesse mútuo.

Na quarta Cúpula o Brasil foi representado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e a União Européia foi representada pelo Presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy. Os assuntos sobre meio ambiente passaram pela mesma discussão: desenvolvimento sustentável, mudança climática, energia e biodiversidade. Os líderes reafirmaram o compromisso político do Brasil e da União Europeia com a promoção do uso de energias renováveis, incluindo a produção e uso de

biocombustíveis. No Ano Internacional da Biodiversidade, o Brasil e a UE reiteraram seu compromisso de aumentar esforços para combater a perda de biodiversidade e para conservação e uso sustentável da biodiversidade.³⁵

Nessas considerações provisórias podemos notar com o surgimento do Ministério do Meio Ambiente, uma racionalidade voltada para o corpo da população, preocupados com questões de saneamento básico, melhoria urbana, saúde e aumento de vida população. Com as transformações, me parece necessário pensar isso através do dispositivo meio ambiente, as racionalidades e condutas começam a ser alteradas e modificadas. Deixamos de pensar como uma população passiva em relação ao meio, que interfere sobre a ela, mas de interagir com ele, participando e preservando. O dispositivo molda a conduta dos indivíduos, como o caso da minha sobrinha de oito anos, que mostra sua preocupação ao ver a torneira aberta. Ademais essa nova racionalidade está direcionada para o transnacional, por isso a instituição MMA cria uma assessoria responsável pelas suas relações internacionais que implica em protocolos, acordos, cooperações, blocos e regulamentações para a intervenção da natureza em nome de um novo meio para o capitalismo se manter adaptável e consensual, esse meio e a sustentabilidade, palavra amplamente citada na maioria dos documentos apresentados ao longo da pesquisa e fortemente utilizada por empresas para melhorarem suas imagens diante de uma população sedenta por um *futuro melhor*.

³⁵Itamaraty, iv cúpula Brasil União - Européia declaração conjunta Brasília, 14/07/2010.
<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/iv-cupula-brasil-uniao-europeia-declaracao-conjunta-brasilia-14-julho-de-2010> acesso: 11/08/2012

Bibliografia

Carneiro, Beatriz. “A construção do dispositivo meio ambiente” Revista Ecopolítica n°. 4 PUC-SP, São Paulo 2012:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/ecopolitica/article/view/13057/9560> acessado em 09/01/2012.> acesso: 05/12/2012.

Costa, Felipe: “As empresas e a sustentabilidade”, revista ecopolítica n°4, PUC-SP, São Paulo, 2012.

CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa <<<http://www.cplp.org/id-2130.aspx>>> acesso: 02/07/2012.

Declaração do Rio sobre Meio Ambiente Desenvolvimento, Fonte: Ministério do Meio Ambiente, junho 1992.

.<http://www.pucsp.br/ecopolitica/projetos_fluxos/doc_principais_ecopolitica/Declaracao_rio_1992.pdf> acesso em: 12/08/2012

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Segurança, Território, População. São Paulo, Martins Fontes, 2009.

_____. Microfísica do poder / Michel Foucault org., introd. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2011.

FUNDOAMAZONIA:

<<http://www.fundoamazonia.gov.br/FundoAmazonia/fam/site_pt/Esquerdo/Fundo/>> acesso:

MERCOSUL: <www.mercosur.int> acesso: 03/08/2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE: << www.mma.gov.br/>> acesso: 01/07/2012.

MISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES: <www.itamaraty.gov.br/> acesso: 01/07/2012.

OTCA: Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

<< <http://www.otca.info/portal/tratado-coop-amazonica.php?p=otca>>> acesso:

SARNEY, José. “Defesa do meio ambiente e cidadania”. O Estado de São Paulo, 1986: <<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/240048/1/PS%20Sarney%20Discurso%201986%20-%200026.pdf>>. acesso: 12/08/2012

Sodré, Abreu. Sarney firmará acordos de cooperação com Alfonsín na visita à Argentina. O Globo, 07/1986

<<http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/242027/1/PS%20jul_out%201986%20-%200108.pdf>> acesso: 01/09/2012.